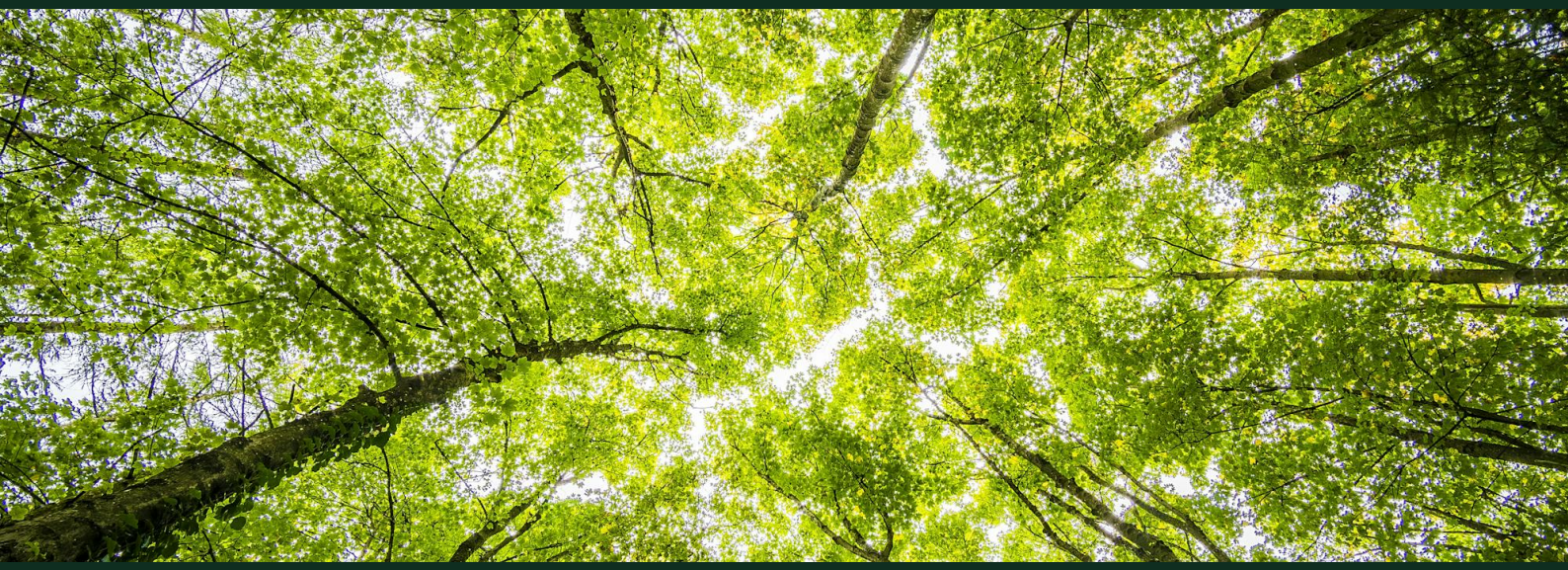
DIOVANE FRANCO
ADVOGADOS

EDIÇÃO 09 · 2026



INFORMATIVO MENSAL

# Direito Ambiental & Agronegócio

Decisões comentadas, fiscalização e notícias para o produtor rural

EDIÇÃO DE

**Setembro de 2026**

"Em setembro, o que salva o produtor não é a tese — é a data, a imagem e o prazo."





NESTA EDIÇÃO

# Sumário


1 **Julgados do mês, comentados**
21 decisões em 6 tribunais

2 **Os números da fiscalização**
Autuações e embargos do IBAMA e da SEMA-MT

3 **Notícias do mês**
5 notícias que afetam o produtor rural

4 **Assessoria que protege**
Por que contar com especialistas


| 21 | 2.287 | 5 |
|---|---|---|
| DECISÕES | AUTUAÇÕES | NOTÍCIAS |

## — Editorial

Setembro consolidou um movimento que já vínhamos observando nas defesas administrativas: o produtor perde espaço na tese e ganha espaço na prova. De um lado, o STJ fechou, em repetitivo, a porta da retroatividade da norma sancionadora mais benéfica, e o relatório da MP 1.376/2026 não atendeu ao pleito de simplificação dos laudos, mantendo barreira a produtores elegíveis à renegociação de dívidas rurais. De outro, a fiscalização federal seguiu ativa em Mato Grosso e na divisa com Rondônia, com operações iniciadas a partir de imagens de satélite e autuações formalizadas depois, enquanto o próprio Ibama revisou metas de embargo, mas projetou forte aumento no volume de decisões administrativas de primeira instância. No plano estadual, a Sema-MT voltou a apostar em mutirões municipais de regularização do CAR, lembrando que o cadastro é instrumento de regularização e, ao mesmo tempo, peça autodeclarada que pode ser usada contra quem a assinou — exatamente o que apareceu nos julgados que comentamos neste mês, do Amazonas às sentenças que anularam autuações por ausência de imagem anterior a 22 de julho de 2008 e por fiscalização de onze anos antes. No crédito, a análise da MP das dívidas rurais deu os primeiros passos com a apresentação do relatório, e as alterações propostas ainda não foram aprovadas — até lá valem as condições já previstas na medida provisória, o que recomenda decisão documentada sobre contratar agora ou aguardar a conversão. A leitura do mês é simples: data da infração, imagem, cadeia de posse e prazo administrativo decidem mais casos do que qualquer argumento genérico.

— Equipe Diovane Franco Advogados · OAB/MT 29.530

# 1. Julgados do mês, comentados

As 21 decisões ambientais analisadas pelo escritório em Setembro. Toque em qualquer uma para ler o comentário completo no site.

TRF-1 · 01/09

### Sentença no Amazonas usa CAR e embargo como prova de autoria de desmatamento

Sentença da 7ª Vara Federal Ambiental do Amazonas, publicada em 01/09/2026, condenou sete réus por 565,75 ha de desmatamento usando o CAR como prova de autoria. Analisamos o acerto na individualização das frações e a crítica

TRF5 · 02/09

### Município responde por omissão ambiental após a citação em ação civil pública

Sentença federal publicada em 02/09/2026 condenou empreendedor e Município solidariamente por dano em manguezal, fixando a citação na ACP como marco do dever municipal de agir. Analisamos o acerto na separação das áreas e a crítica ao salto de 4,9 para 10,03 hectares.

TJMT · 03/09

### Sentença anula autuações da SEMA/MT em área rural consolidada antes de 2008

Sentença da 2ª Vara de Vila Rica, de 03/09/2026, anulou dois autos de infração e dois embargos da SEMA/MT sobre 159 hectares: o órgão não apresentou nenhuma imagem anterior a 22/07/2008 para provar supressão de vegetação nativa. Perícia confirmou área rural consolidada e pousio.

ao uso do cadastro declaratório contra o declarante.

Ação civil pública ambiental · cadastro ambiental rural

Ler no site ›

Área de preservação permanente · Competência de fiscalização e LC 140/2011

Ler no site ›

Área rural consolidada · Auto de infração SEMA

Ler no site ›

## TRF-1

11 decisões

**01/09** — Sentença no Amazonas usa CAR e embargo como prova de autoria de desmatamento

Sentença da 7ª Vara Federal Ambiental do Amazonas, publicada em 01/09/2026, condenou sete réus por 565,75 ha de desmatamento usando o CAR como prova de autoria. Analisamos o acerto na individualização das frações e a crítica ao uso do cadastro declaratório contra o declarante.

Ação civil pública ambiental · cadastro ambiental rural · dano-moral-coletivo · 1007832-07.2020.4.01.3200

Ler completo ›

**04/09** — Sentença anula auto do IBAMA lavrado com dados de onze anos antes

Sentença publicada em 04/09/2026 anulou auto de infração do IBAMA e a CDA correspondente porque a autoria da infração de 2013 foi presumida a partir de cadastro de fiscalização de 2002. Decisão firma que o ônus de provar o nexo causal é da Administração.

Auto de infração IBAMA · Embargo ambiental · execução fiscal ambiental · 1004544-25.2024.4.01.3907

Ler completo ›

**07/09** — Justiça Federal valida concessão da BR-364 sem EIA/RIMA anterior ao leilão

Sentença de 07/09/2026 da 5ª Vara Federal Ambiental de Rondônia julgou improcedentes três ACPs e validou a concessão da BR-364/RO sem EIA/RIMA prévio ao leilão. Analisamos o acerto na distinção entre licitação e licenciamento e a fragilidade quanto à consulta prévia da Convenção 169 da OIT.

Ação civil pública ambiental · Concessão rodoviária · Consulta prévia Convenção 169 da OIT

1001008-69.2025.4.01.4101 Ler completo ›

**09/09** — ITR: Justiça exclui APP e mantém reserva legal com CAR posterior ao fato gerador

Sentença da Justiça Federal em MT excluiu 111,66 ha de APP da base do ITR 2020, mas manteve a reserva legal tributada porque o CAR foi inscrito após o fato gerador. Analisamos a crítica à tese do CAR constitutivo e o caminho recursal pela alínea 'e' do inciso II do § 1º do art. 10 da Lei 9.393/1996.

Área de preservação permanente · cadastro ambiental rural · ITR e áreas ambientais · 1005056-59.2024.4.01.3502

Ler completo ›

**10/09** — TRF1 mantém afastado o embargo do IBAMA em pequena propriedade de subsistência

TRF1 rejeitou embargos do IBAMA e manteve o levantamento de embargo em lote de assentamento, reconhecendo atividade de subsistência familiar. Acórdão de 10/09/2026 afirma que o requisito dos 80% de renda rural não exige prova contábil formal.

agricultura familiar · Atividade de subsistência familiar · Embargo ambiental · 1001011-10.2018.4.01.3603

Ler completo ›

**15/09** — Belo Monte: TRF1 nega cautelar e exige risco atual e individualizado

TRF1 indeferiu tutela cautelar antecedente em litígio sobre condicionantes de componente indígena de licenciamento, após ouvir IBAMA, FUNAI, União e empreendedor. Decisão de 15/09/2026 separa controvérsia técnica de periculum in mora e recusa remédios estruturais em cognição sumária.

Condicionantes ambientais · ibama · Licenciamento ambiental · 1021675-26.2026.4.01.0000 Ler completo ›

**16/09**

### Sentença usa CAR autodeclarado para condenar por desmatamento na Amazônia

Sentença da 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária do Amazonas, publicada em 16/09/2026, condenou três réus por desmatamento de 194 hectares usando o CAR autodeclarado como prova de vínculo com a área. Analisamos o acerto da solidariedade parcial e o risco do cadastro como prova de autoria.

Ação civil pública ambiental · cadastro ambiental rural · dano-moral-coletivo · 1008638-42.2020.4.01.3200

Ler completo ›

**21/09**

### TRF1 absolve produtor de desmatamento por falta de prova judicial da autoria

TRF1 absolveu produtor acusado de desmatar 88,28 hectares na Amazônia por ausência de prova judicial da autoria. Acórdão de 21/09/2026 afirma que auto de infração, relatório do IBAMA e sobreposição de polígono no SICAR não bastam para condenação criminal.

Auto de infração IBAMA · CAR · Crime ambiental · 0013069-49.2015.4.01.3900 Ler completo ›

**23/09**

### TRF1 mantém prazo de dez dias para o IBAMA decidir pedido de desembargo ambiental

Em decisão de 23/09/2026, o TRF1 negou provimento a agravo do IBAMA e manteve o prazo de 10 dias para análise de pedido de desembargo, com base na IN Conjunta 1/2021 — afastando o prazo geral de 30 dias da Lei 9.784/1999.

Cessação de embargo · Embargo ambiental · ibama · 1035975-90.2026.4.01.0000 Ler completo ›

**28/09**

### Alerta MapBiomas não é embargo nem basta para negar crédito rural, diz liminar

Justiça Federal determinou que alerta do MapBiomas, sem auto de infração ou embargo formal, não pode ser usado por bancos como fundamento exclusivo para negar crédito rural. Decisão de 28/09/2026 oficiou instituições financeiras e ressalvou o poder de fiscalização do órgão ambiental.

Alerta de desmatamento por satélite · CAR · Crédito rural e restrição ambiental · 1003885-05.2026.4.01.3306

Ler completo ›

**29/09**

### Adesão ao PRA suspende embargo do IBAMA sem exigir reposição florestal prévia

Justiça Federal afastou exigência de reposição florestal como condição para desembargo e suspendeu embargo do IBAMA em razão da adesão ao PRA (art. 59, §5º, Lei 12.651/2012). Sentença publicada em 29/09/2026 deixou de enfrentar a prescrição.

cadastro ambiental rural · Embargo ambiental · Prescrição da pretensão punitiva · 1007449-14.2026.4.01.4301

Ler completo ›

## TRF-4

1 decisão

**08/09**

### TRF4 afasta multa ambiental de adquirente e reafirma responsabilidade subjetiva

O TRF4, em acórdão publicado em 08/09/2026, fixou que a responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva e não se confunde com a natureza propter rem da responsabilidade civil, afastando multa do IBAMA contra adquirente por desmatamento de proprietários anteriores.

Área de preservação permanente · execução fiscal ambiental · Multa ambiental IBAMA · 5014453-39.2019.4.04.7003

Ler completo ›

## TJMT

3 decisões

**03/09**

### Sentença anula autuações da SEMA/MT em área rural consolidada antes de 2008

Sentença da 2ª Vara de Vila Rica, de 03/09/2026, anulou dois autos de infração e dois embargos da SEMA/MT sobre 159 hectares: o órgão não apresentou nenhuma imagem anterior a 22/07/2008 para provar supressão de vegetação nativa. Perícia confirmou área rural consolidada e pousio.

Área rural consolidada · Auto de infração SEMA · Embargo ambiental · 1002023-34.2021.8.11.0049 Ler completo ›

17/09

### TJMT nega PRADA e corte de crédito, mas veta uso da área até validação do CAR

TJMT, em acórdão de 17/09/2026, deferiu medidas inibitórias em ACP por desmate de 7,95 ha em reserva legal, mas negou PRADA liminar e a suspensão de crédito e benefícios fiscais. Analisamos o acerto e o risco de condicionar o uso da área à validação do CAR.

CAR · crédito rural · PRADA · 1034294-73.2026.8.11.0000 **Ler completo ›**

30/09

### TJMT mantém rejeição de laudo de área consolidada no CAR: revisão exige perícia

O TJMT manteve, em acórdão publicado em 30/09/2026, a rejeição pela SEMA de laudo sobre 258 hectares de área consolidada no CAR. Para a Câmara, a remessa à CGMA só ocorre se o analista aprova a vetorização divergente, e confrontar laudo e parecer exige perícia, incabível em mandado de segurança.

Área rural consolidada · cadastro ambiental rural · Mandado de segurança em matéria ambiental

1120916-66.2025.8.11.0041 **Ler completo ›**

## TRF5

1 decisão

02/09

### Município responde por omissão ambiental após a citação em ação civil pública

Sentença federal publicada em 02/09/2026 condenou empreendedor e Município solidariamente por dano em manguezal, fixando a citação na ACP como marco do dever municipal de agir. Analisamos o acerto na separação das áreas e a crítica ao salto de 4,9 para 10,03 hectares.

Área de preservação permanente · Competência de fiscalização e LC 140/2011 · PRAD · 0006297-75.2025.4.05.8502

**Ler completo ›**

## TJRO

4 decisões

11/09

### TJRO anula vencimento antecipado de crédito rural por embargo preexistente

TJRO anulou vencimento antecipado de cédula de crédito rural fundado em embargo ambiental anterior à contratação e em embargo de borda de lote de terceiro, condenando o banco a R$ 20 mil por dano moral. Acórdão publicado em 11/09/2026.

Boa-fé objetiva nos contratos rurais · cadastro ambiental rural · Crédito rural e embargo ambiental

7007040-48.2025.8.22.0001 **Ler completo ›**

18/09

### Transação penal ambiental atrelada ao CAR e o risco de punir a mora do Estado

Juízo de Rondônia condicionou o cumprimento de transação penal ambiental à regularização de pendências técnicas no CAR, sob advertência de retomada da persecução penal. Analisamos o risco de transferir ao produtor o ônus da inércia do órgão ambiental e o que fazer no prazo de 30 dias.

Área de preservação permanente · CAR · Crime ambiental · 7003248-72.2024.8.22.0017 **Ler completo ›**

22/09

### Liminar em RO suspende desclassificação de crédito rural por CAR em duplicidade

Juízo de Rondônia suspendeu, em 22/09/2026, a desclassificação de cédula rural de R$ 884 mil motivada por cancelamento de CAR que decorria de mera duplicidade cadastral. Parecer do órgão estadual e certidão negativa do IBAMA derrubaram o motivo invocado pelo banco.

cadastro ambiental rural · Crédito rural e CAR · Resolução CMN 5.193/2024 · 7008652-66.2026.8.22.0007

**Ler completo ›**

25/09

### Juiz de RO condena comprador de área desmatada por impedir regeneração

Sentença do TJRO condena produtor pelo art. 48 da Lei 9.605/98 por impedir regeneração em área adquirida já desmatada. Analisamos a permanência delitiva, o erro de cálculo prescricional da defesa e a indevida inversão do ônus da prova no processo penal ambiental.

Crime ambiental · Embargo ambiental · Prescrição penal · 7001887-91.2022.8.22.0016 **Ler completo ›**

## TJPA

1 decisão

**14/09** Risco integral não dispensa nexo causal em enchente de barragens rurais

Sentença de primeiro grau do TJPA, publicada em 14/09/2026, negou indenização pela enchente de 2018 atribuída a barragens rurais. O risco integral não dispensa o nexo causal, que a prova técnica afastou, e a LC 140/2011 deixa a fiscalização dessas barragens com o Estado, não com o município.

Barragens em imóveis rurais · Competência ambiental e LC 140/2011 · nexo-de-causalidade

`0009774-43.2018.8.14.0039` **Ler completo ›**

# 2. Os números da fiscalização

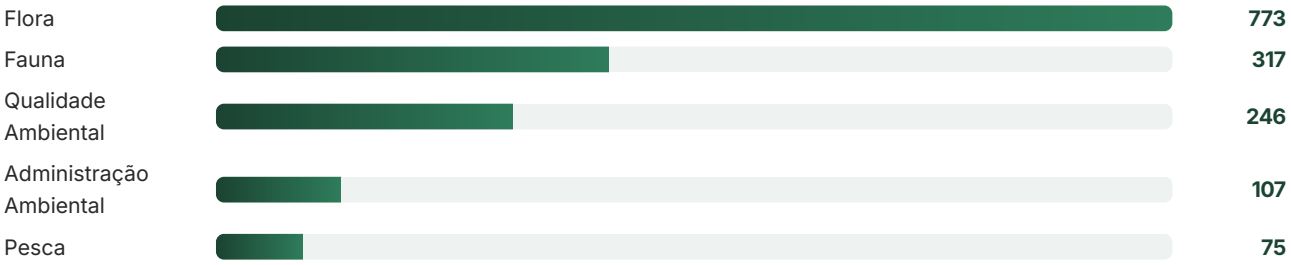
Autuações e embargos lavrados em Setembro/2026, a partir dos dados oficiais do IBAMA (Dados Abertos) e da SEMA-MT (Transparência).

### IBAMA · Brasil autos e embargos — setembro/2026

-8,7% vs set/25

| 1.707 | R$ 341,9 mi | 688 | R$ 35,1 mi |
|---|---|---|---|
| Autos de infração | Em multas | Embargos | Maior multa |
| | | 38.210 ha embargados | Altamira/PA |

AUTOS POR TIPO DE INFRAÇÃO




AUTOS POR ESTADO (TOP 6)




### SEMA-MT · Mato Grosso autos e embargos — setembro/2026

-14,1% vs set/25

| 580 | R$ 126,6 mi | 323 | R$ 15,7 mi |
|---|---|---|---|
| Autos de infração | Em multas | Embargos | Maior multa |
| | | 18.918 ha embargados | Marcelândia |

**Leitura do mês:** o IBAMA lavrou **1.707 autos** no país (-8,7% vs set/2025), com a maior multa em Altamira/PA; a SEMA-MT autuou 580 em Mato Grosso. No acumulado do ano: 12.441 autos federais e R$ 3,60 bi em multas.

# 3. Notícias do mês

O que aconteceu em Setembro e afeta diretamente quem produz e quem é autuado — selecionado e comentado pelo escritório.

PORTAL COMUNIDADE AMBIENTAL · 09/09/2026

### STJ fixa, em repetitivo, que norma sancionadora mais benéfica não retroage sem previsão legal expressa (Tema 1.327)

A Primeira Seção julgou o Tema 1.327 em 9 de setembro de 2026, sob o rito dos recursos repetitivos, com acórdão publicado em 21 de setembro de 2026. Pela tese, a sanção administrativa aplicada segundo a norma vigente ao tempo da infração é ato jurídico perfeito, e regulamento posterior que reduz a multa não alcança esse ato. O caso concreto envolvia multa da ANTT em execução fiscal, e o STJ reformou decisão de origem que havia mandado recalcular a dívida pelo valor menor previsto em resolução posterior.

**Por que importa:** Fecha uma porta de defesa muito usada em autos antigos: pedir o recálculo da multa com base em decreto ou norma posterior mais branda.

Ler na fonte ›

AGÊNCIA FPA · 30/09/2026

### Relatório da MP 1.376/2026 amplia acesso à renegociação de dívidas rurais, mas FPA critica exigência de laudos

A análise da Medida Provisória 1.376/2026, que trata das renegociações das dívidas rurais, teve os primeiros passos com a apresentação do relatório, e a FPA aponta que o pleito de simplificação dos laudos não foi atendido, mantendo barreira para produtores elegíveis. O relator retirou a exigência de renegociação ou prorrogação prévia para operações adimplentes e estendeu o marco de verificação da inadimplência de 31 de maio para 31 de agosto de 2026. O parecer é do deputado Paulo Pimenta e as alterações ainda não estão aprovadas, valendo até lá as condições já previstas na medida provisória.

**Por que importa:** Quem tem crédito rural vencido ou prorrogado precisa decidir agora se contrata nas regras atuais ou aposta na conversão da MP.

Ler na fonte ›

FATOS DE MATO GROSSO · 12/09/2026

### Ibama revisa planejamento e reduz meta de hectares embargados na Amazônia

A revisão do planejamento estratégico manteve o objetivo de reduzir 75% do desmatamento até 2027, embora o texto original, aprovado em agosto de 2024, previsse embargos de 686.238 hectares em 2026 e 791.813 hectares em 2027. Outros indicadores foram mantidos em alta, com previsão de 4.311 processos administrativos por infrações de flora na Amazônia em 2027 e salto das decisões administrativas de primeira instância de 4 mil para 20 mil por ano. Não se trata de nova regra imposta a produtores, mas de parâmetro de desempenho da autarquia.

Ler na fonte ›

CORREIO CENTRAL / RDM ONLINE · 28/09/2026

### PF e Ibama deflagram Operação Fornalha contra garimpo ilegal em terras indígenas na divisa RO/MT

A operação foi deflagrada nos dias 24 e 25 de setembro de 2026 e fiscalizou áreas de garimpo nas terras indígenas Sete de Setembro (Cacoal/RO e Rondolândia/MT), Zoró e Roosevelt, em Rondolândia/MT. Foram localizados e inutilizados duas escavadeiras hidráulicas, quatro dragas, cinco motores e dois acampamentos, com prejuízo estimado superior a R$ 2 milhões aos responsáveis. Em outra frente no norte do estado, PF, Ibama e Funai intensificaram ações na região de Apiacás a partir de identificação de pontos por imagens de satélite.

Ler na fonte ›

RÁDIO TUCUNARÉ · 29/09/2026

### Sema-MT propõe parceria com Juara para acelerar análise e regularização do CAR

Uma parceria entre a Prefeitura de Juara, produtores rurais, entidades e a Sema deve buscar soluções para acelerar a análise e a regularização do Cadastro Ambiental Rural no município. A proposta foi apresentada em reunião realizada em 23 de setembro de 2026, com participação da secretária adjunta de Gestão Ambiental da Sema, Luciane Bertinatto Copetti, além de produtores e representantes de entidades e assentamentos. O modelo repete o adotado em Lucas do Rio Verde, onde a Sema montou balcão de atendimento para explicar ao produtor o que falta em seu processo de regularização.

Ler na fonte ›



O **Diovane Franco Advogados** é um escritório especializado em Direito Ambiental e Direito do Agronegócio, fundado em **Sinop/MT** — coração do agronegócio brasileiro. Somos referência nacional na defesa de **produtores rurais, empresas do setor, cooperativas, sindicatos, federações e confederações** em todas as esferas: administrativa, judicial e consultiva.

O escritório é liderado pelo **Dr. Diovane Franco**, ex-servidor dos **Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões**, mestrando em Ciência Jurídica pela UNIVALI com período na **Universidad de Alicante** (Espanha), **Diretor Jurídico do Instituto de Direito Agroambiental**, membro do **Instituto Brasileiro de Direito Administrativo Sancionador** e autor pela **Thomson Reuters** da obra Embargos Ambientais em Áreas Rurais (2025) — obra pioneira sobre a Teoria Geral do Embargo Ambiental no Brasil —, além de colunista regular em **Migalhas**, **ConJur** e **Compre Rural**.

Como mostram os julgados deste informativo, **boa parte das autuações não se sustenta quando enfrentada com técnica**. Conhecer o caminho certo, no prazo certo, é o que protege o seu patrimônio.

## ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Defesa em autos de infração e multas do IBAMA e SEMA
- Desembargo de áreas e suspensão de embargos indevidos
- Prescrição de multas e nulidade de autuações
- Licenciamento, CAR, PRA e regularização fundiária
- Liberação de crédito rural travado por questão ambiental
- Crime ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

FALE COM O ESCRITÓRIO

# Seu caso merece uma análise especializada

Cada auto de infração, cada embargo por satélite e cada nova regra pode significar a paralisação de uma fazenda ou o vencimento antecipado de uma dívida. Não enfrente sozinho.


ATENDIMENTO DIRETO

## (66) 99955-5402

contato@diovanefranco.com.br · diovanefranco.com.br



DIOVANE FRANCO ADVOGADOS

Sinop/MT · Belém/PA · Brasília/DF · Novo Progresso/PA · Rio de Janeiro/RJ



Informativo Setembro/2026. Conteúdo informativo, não constitui parecer ou consulta jurídica. Dados de fiscalização: IBAMA (Dados Abertos) e SEMA-MT (Transparência).